

PALAVRAS DO BASTONÁRIO DA ORDEM NA SESSÃO
SOBRE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E ADVOCACIA
DE 14 - 1 - 77

Prosseguem as sessões de diálogo sobre *Organização Judiciária*. E mesmo que os contributos que delas resultaram e virão a resultar se percam no vazio colectivo que vai frustrando o homem português, como que condenado a viver «hírto, sem estímulo, sem fé, sem convicção», não se perderão de todo os passos que ensaiamos pelas ainda possíveis rotas do espírito.

É que deles ficará alguma coisa que ajude a vertebrar este País. As palavras ditas com verdade, por quem acredite nelas, por quem acredite nas tarefas que, no seu sector, a cada português cabem, sempre se salvarão do decadentismo e do artificialismo estipulados como regra de vida — de vida medíocre e penosamente vivida.

Estamos, magistrados e advogados, a dar a nossa parte no enfrentar dos problemas que, por todos os quadrantes do nosso sistema de convivência, permanecem sem solução.

E creio que devemos continuar a fazê-lo com urgência, pois a vida social é sempre *urgência* e *imedição* e nunca o hipotecar das energias colectivas e das iniciativas individuais a miragens e utopias construídas com papel para um vago e indeterminado futuro, a que alguns rumam sem saber o que ele poderia ser se lá se chegasse.

Vivemos uma hora axial, que já é desesperadamente tardia, para refazer uma Nação pulsante e saudável, coerente com a sua dignidade de séculos. Assumamos, no que nos toca, com simplicidade e humildade, a nossa parcela de responsabilidade, mesmo que outros, incrustados numa intangibilidade circunstancial e necessariamente precária, não a assumam. Assim, agora e depois, se rasgarão nesgas de esperança e perspectivas de uma época e de uma sociedade finalmente estável e feliz. O falar audivelmente, marginalizados embora por o diapasão não ser o oficial, relevará na formação da opinião pública, «consciente e organizada» como a queria António Sérgio (*Ensaio*, I, p. 252). Essa opinião pública, sublinhava ainda Sérgio, estará «para além dos governos (antes e acima deles)» e será impelida, não por vanguardas fictícias, mas «pelos homens da elite de cada classe». E não tenhamos, como Sérgio não tinha, medo de falar em *elites*, pois só na competência responsável, reflexiva e dotada de autoridade moral se radicará, duradouramente, qualquer estrutura democrática.

Mas a opinião pública sempre tem sido assaltada e violentada, declarada ou insidiosamente, neste pobre País. Neste rico País, que pôde encontrar na pureza da intuição do seu Povo uma válida barreira contra quem tem querido apossar-se da sua alma.

A intuição não bastará, porém, para que uma opinião pública correcta e eficaz se forme no pluralismo e na diversidade solidária. E como tem sofrido a opinião pública! Andou primeiro à deriva no porto de lama de um providencialismo autoritário e deteriorante. Derrubado este, e quando um mundo novo se parecia abrir, passou a ser agredida pelo delírio da demagogia e da compulsão sectária, não escapou, nalgumas áreas, ao contágio de uma informação comprometida e foi envolvida pelo terror que manietta e desmotiva.

Entretanto, por entre os frágeis dedos desta conjuntura, escapa-se o que mais importante é para uma comunidade de homens livres: a dignidade da pessoa humana, a espontânea e consentida igualação de todos os homens, vivos e concretos,

a preparação, a começar pelo presente, dos amanhãs claros e possíveis.

Olhando para nós e olhando para os outros, assim nos sentimos enredados numa teia colectiva inconsequente, imatura e panfletária. Assim vemos acumularem-se erros medulares. Assim nos interrogamos sobre se é apenas teimosia ou apego à sobrevivência das posições a pretendida compatibilização do que por toda a parte se revelou inconciliável: a liberdade com o colectivismo, a democracia com o paternalismo ensimesmado e fixador da «verdade», a criatividade que faria cumprir cada homem com projectos globais ou parcelares de ordenação tabelada dos comportamentos, inspirada por meros caprichismos ideológicos.

O entrecruzar das ideias e das participações efectivas e a disponibilidade da competição crítica estão, até num plano normativo, fortemente cerceados por uma unanimização mental preconcebida e que insidiosamente vai tomando forma e força.

Ninguém de boa-fé ou de bom-senso deixará de recear cada vez mais as consequências deste estado de coisas.

Um projecto colectivo que deveria, ele mesmo, *projectar* as energias vitais está, à partida, mumificado e só não paralisará as actuações que não visem o equilíbrio e a harmonia social, a fraternidade e o desenvolvimento. Destinou-se que os homens deveriam ser *massa* e, massificados, permanecerem. E o desejável nivelamento vai ficando condenado a ser feito na pauperização de todos e não na promoção de cada um. Vão-se perdendo de vista os valores éticos, sociais e culturais que nem o hiato de quase meio século conseguiu adormecer, em troca de dogmas a que ninguém hoje atribuirá, sinceramente, realismo e aplicabilidade.

Fomos, naquele meio século, os parentes tolerados da Europa. Somos hoje os seus parentes cada vez mais pobres, e não apenas num ponto de vista económico.

Não nos iludamos. Com armas de paz, na reciprocidade do respeito e com o impulso do Direito, há que recuperar Portugal, se o quisermos merecer e honrar como Pátria que, no passado, foi mãe de Pátrias e semente de Povos livres.